

## & NEGÓCIOS

# ECONOMIA

economia@grupotarde.com.br

**FINANÇAS** Confira dicas para investir em criptomoedas em 2020 com segurança



www.atarde.com.br/economia

### MARIANA BAMBERG\* E AGÊNCIAS

A Petrobras confirmou ontem a redução de 3% no preço do diesel e da gasolina para as refinarias. A medida entra em vigor hoje, mas a chegada do novo valor às bombas e ao bolso do consumidor ainda não tem previsão.

De acordo com o Sindicato Combustíveis Bahia, ainda não é possível precisar quando o reajustamento chegará aos postos, se seguirá a redução de 3% das refinarias ou até mesmo se será repassado para o consumidor. Em nota, o sindicato afirmou que essas decisões dependem de cada posto revendedor.

"Cabe a cada posto revendedor decidir se irá repassar ou não ao consumidor os reajustes da Petrobras. O sindicato não interfere no mercado e respeita a livre concorrência", informou em nota.

O presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis), Paulo Miranda Soares, no entanto, acredita que essa redução irá refletir no preço dos combustíveis nas bombas. Mas, de acordo com ele, o consumidor ainda vai precisar esperar um pouco.

Soares explicou que a redução do preço do diesel e da gasolina nos postos re-

**COMBUSTÍVEIS** A medida também diminui o preço do diesel a partir de hoje, mas repasse para o bolso do consumidor ainda não tem previsão de ocorrer

## Petrobras reduz em 3% o valor da gasolina nas refinarias

Juarez Cavalcanti / Agência Petrobras / 1.12.2002



Até agora, o valor caiu apenas nas refinarias

dedores dependem ainda da gestão do estoque das distribuidoras do país, que é estimado entre 15 milhões e 20 milhões de litros.

"Só baixa o preço quando ela [distribuidora] vender o estoque que comprou mais caro", explicou.

A estimativa do presidente é que o consumidor tenha que esperar cerca de 15 dias para que o reajuste chegue às bombas. "Isso porque a concorrência é muito grande no setor de revenda".

### Mercado

O último reajuste anunciado pela Petrobras para a gasolina foi em 1º de dezembro do ano passado e, para o diesel, no dia 21 daquele mês. A redução de ontem, no entanto, não surpreende o mercado.

Soares lembrou que, quando começou a tensão entre Irã e Estados Unidos, o preço do barril de petróleo no mercado internacional subiu de US\$ 64 para US\$ 70. Com o valor já no patamar anterior, a tendência, de acordo com Soares, era a queda do preço dos dois combustíveis no mercado interno brasileiro. "É absolutamente normal e esperada essa atitude da Petrobras", disse o presidente.

\*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELO

**"Cabe a cada revendedor decidir se irá repassar"**

SINDICOMBUSTÍVEIS, em nota

**"Só baixa o preço quando vender o estoque"**

PAULO SOARES, do Fecombustíveis

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 13/01/2020	Caderno: Economia



## PETROBRAS REDUZIRÁ EM 3% PREÇO MÉDIO DA GASOLINA E DO DIESEL



13 Janeiro, 2020

A Petrobras reduzirá o preço médio da gasolina e do diesel nas refinarias em 3% a partir desta terça-feira (14), informou a companhia, após ter mantido os valores de ambos os combustíveis estáveis por semanas.

A gasolina não sofria um reajuste desde 1º de dezembro, enquanto o diesel tinha a cotação estável desde 21 de dezembro, quando houve um aumento de 3%. Nos preços da gasolina, houve um aumento de 4% no dia 27 de novembro.

A Petrobras tem reiterado que sua política de preços para a gasolina e o diesel segue o princípio da paridade de importação, formada pela cotação internacional dos produtos mais os custos de importadores, como transporte e taxas portuárias, com impacto também do câmbio, destaca a Reuters.

A redução do preço dos combustíveis nas refinarias ocorre após uma acomodação dos preços internacionais do petróleo. Nesta segunda-feira, os preços de referência da commodity caíram cerca de 1% no início da tarde. (G1)

Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil



# Gasolina e diesel ficam mais baratos nas refinarias

**COMBUSTÍVEIS** A Petrobras reduzirá o preço médio da gasolina e do diesel nas refinarias em 3% a partir de hoje, informou a companhia, após ter mantido os valores de ambos os combustíveis estáveis por semanas. A gasolina não sofria um reajuste desde 1º de dezembro, enquanto o diesel tinha a cotação estável desde 21 de dezembro, quando houve um aumento de 3%. Nos preços da gasolina, houve um aumento de 4% no dia 27 de novembro.

A Petrobras tem reiterado que sua política de preços para a gasolina e o diesel segue o princípio da paridade de importação, formada pela cotação internacional dos produtos mais os custos de importadores, como transporte e taxas portuárias, com impacto também do câmbio, destaca a Reuters.

A redução do preço dos combustíveis nas refinarias ocorre após um acomodação dos preços internacionais do petróleo. O petróleo Brent (referência internacional) fechou abaixo dos US\$ 65 por barril na sexta-feira (10) e registrou a primeira queda semanal (-5,3%) desde o final de novembro, em patamares inferiores aos registrados antes do início das tensões no Oriente Médio. No dia 6, o preço do barril do tipo Brent chegou a bater US\$ 70, valor mais alto desde setembro.

**A redução do preço nas refinarias ocorre após um acomodação dos preços internacionais do petróleo**

## FOLHA DE S.PAULO

# Empresa de SP é blindada de fiscalização tributária

Fabricante envolvida em suspeita de propina colabora com investigação, e Justiça limita a ação de fiscais

José Marques

SÃO PAULO Enquanto a Lava Jato tem sido criticada por advogados e até pelo ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal, pela quebra de empresas investigadas, uma apuração iniciada em São Paulo fez o inverso e tem protegido uma fabricante de cabos há mais de quatro anos.

A pedido do Ministério Público, decisão judicial restringe desde 2015 a fiscalização tributária do governo de São Paulo sobre a empresa Prysmian, que se envolveu em suspeitas de pagamentos de propina delatadas pelo doleiro Alberto Youssef.

A justificativa da Promo-

“se abstenha de proceder a fiscalizações, especialmente in loco, em qualquer das unidades da empresa Prysmian Energia Cabos e Sistemas do Brasil S.A”.

Mas disse que revisaria essa possibilidade antes da sentença, após a fase de instrução (apresentação de provas e tomadas de depoimentos no processo).

Somente em 2017 os 12 fiscais do ICMS investigados viraram réus no caso. Até hoje o processo tramita na primeira instância, sem conclusão da instrução.

Em 2018, a Secretaria da Fazenda de São Paulo protocolou um ofício no processo questionando a extensão da proibição em relação

tória é que a empresa poderia sofrer retaliações dos funcionários públicos que exercem essa fiscalização.

Oveto começou em agosto de 2015, após a deflagração da Operação Zinabre, que prendeu fiscais suspeitos de integrar a chamada “Máfia do ICMS”. Investigações apontam que eles receberam R\$ 16 milhões em propinas para aliviar multas por sonegação que seriam aplicadas no valor de R\$ 400 milhões — e foi reduzida para R\$ 390 mil.

A Prysmian é a maior das empresas que teriam feito esse pagamento e é tratada como vítima de extorsão pelo Ministério Público. Desde o início, a companhia tem dito que colabora com as investigações.

Até setembro de 2018, o estado ficou totalmente impedido de realizar ações de fiscalização na empresa. Após essa data, houve uma flexibilização: pode fiscalizar à distância, sem enviar agentes públicos no local.

Também continua proibido de fazer trabalhos de fiscalização referentes aos anos de 2005 e 2013, período em que houve os supostos crimes investigados.

Essa restrição, na interpretação de advogados tributários, já fez expirar o prazo máximo para que o estado possa reconhecer eventuais créditos tributários não contabilizados da empresa até o ano de 2013.

à Prysmian. Pergunta ainda se a decisão da juíza impede inclusive que “sejam tomadas providências para que os trabalhos [de fiscais suspeitos de pedir propina] possam ser refeitos”.

A juíza enviou o ofício para que o Ministério Público de São Paulo se manifestasse. O promotor Luis Claudio de Carvalho Valente reafirmou que o período investigado, de 2005 a 2013, ainda não deve ser alvo de fiscalização, como forma de proteger a instrução processual.

Mas acrescenta que a empresa pode ser fiscalizada em relação aos anos posteriores, só que apenas à distância, sem que os fiscais possam ir à empresa. Justifica que assim evitaria “verdadeira situação de blindagem da empresa”. A juíza Margarete Pellizari acatou entendimento da Promotoria.

## Fabricante poderia ser constrangida por fiscais, diz promotor

O Ministério Público de São Paulo diz que em 2015 a medida foi solicitada à Justiça porque via “risco de utilização das ações fiscais como forma de constrangimento”.

O promotor Luis Claudio de Carvalho Valente afirma que em 2018 a ação ainda estava na fase dos depoimentos de testemunha de acusa-



Além disso, a fiscalização dos anos mais recentes acaba sendo deficiente, já que alguns procedimentos só podem ser feitos presencialmente. Por exemplo, a confrontação de informações do sistema da empresa com as da contabilidade dela e a verificação do estoque.

A primeira solicitação do Ministério Público contra apurações na Prysmian ocorreu logo após a Zinabre, em 2015, quando os promotores disseram ter descoberto que o estado faria uma “fiscalização repentina”.

Eles pediram à Justiça que proibisse a Secretaria da Fazenda de realizar esses procedimentos até a sentença do caso, porque uma possível fiscalização teria “indisfarçável caráter de retaliação”. À época, os fiscais investigados estavam presos.

O pedido foi acolhido em parte pela juíza Margarete Pellizari, da 2ª Vara Criminal de Sorocaba (SP). Ela determinou que o governo

devesse manter a decisão e foi sugerida à Justiça a manutenção da medida. Ele diz que, caso haja pedido de revisão, o Ministério Público pode reavaliar sua posição, porque as testemunhas de acusação já foram ouvidas nos autos principais.

Segundo ele, a ação aponta que a “versão da empresa vítima [Prysmian] foi no sentido de que as cobranças eram infundadas e que, mesmo assim, autuações milionárias seriam lavradas sem base legal”.

“Caso haja crédito fiscal, entendo que deve ser cobrado sempre seguindo os meios legais, e não como ocorreu nas extorsões praticadas.”

A Secretaria da Fazenda afirma que seu ofício se trata de pedido de esclarecimentos sobre a extensão da decisão judicial em vista de diversos trabalhos que estavam sendo demandados à época e que “respeita as decisões judiciais”.

Procurada, a Prysmian não se manifestou.

**FOLHA DE S.PAULO**

# Auditoria no DPVAT aponta R\$ 1 bilhão em gastos atípicos

KPMG indica possíveis irregularidades na prestação de contas a médicos e advogados e até de despesas em restaurante

**Bruna Narcizo, Diego Garcia e Nicola Pamplona**

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO Auditoria da consultoria KPMG na Seguradora Líder, que administra o DPVAT, destaca uma extensa lista de inconsistências financeiras e administrativas. Nela estão despesas sem comprovação, concentração no pagamento de sinistros em pequeno número de médicos, gastos excessivos no pagamento de advogados e até compra de garrafas de vinho e de um veículo usado pela esposa de um ex-diretor da empresa.

O levantamento, encomendado em 2017 pela atual direção da Líder, avaliou documentos da seguradora de 2008 a 2017. Os problemas estão listados no relatório final, com mais de mil páginas, a que a Folha teve acesso.

Formado por 73 empresas, o consórcio que controla a Líder foi criado em 2007 para gerenciar o DPVAT. É responsável pela arrecadação dos prêmios pagos por propri-

valores pleiteados de 2008 a 2016. Essa remuneração, inicialmente prevista para ser de R\$ 74,8 mil, passou para R\$ 74,9 milhões.

A KPMG diz que identificou registros na base de dados da Líder referentes a bônus/êxito no valor de R\$ 358 milhões, sem ser possível saber quanto foi pago, mas que encontrou inconsistências.

A consultoria também apontou gastos injustificáveis com um grupo restrito de médicos que atua como prestador de serviços.

A Líder pagou R\$ 99,6 milhões em indenizações em 36 mil processos envolvendo apenas esses cinco médicos — mais de 7.000 processos para cada médico. Um deles, um fisioterapeuta, obteve R\$ 44,9 milhões em indenizações em 15.294 processos.

A KPMG aponta ainda problemas de controle interno e vê indícios de atuação consciente de gestores da empresa para driblar os processos de auditoria. Há exemplos

com advogados, que chegou a R\$ 242 milhões em 2018 — o equivalente a cerca de 25% de sua parcela na arrecadação dos prêmios durante o ano.

Entre novembro de 2011 e maio de 2015, a Líder recebeu R\$ 7 milhões em cobranças do escritório de advocacia Waldeck e Menezes, cujo sócios tinham como pai João Waldeck Feliz de Sousa, desembargador e presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás eleito entre os anos de 2013 e 2014.

Nesse caso, o escritório tinha um pagamento de honorários de êxito de 50%, dez vezes mais que o máximo estipulado aos demais escritórios.

**Seguradora diz que levou relatório à Susep espontaneamente**

## **OUTRO LADO**

A Seguradora Líder enviou nota dizendo que esclarece



etários e veículos e pelo pagamento das indenizações.

A má gestão dos recursos é uma crítica antiga contra a seguradora. Em 2015, o DPVAT foi alvo da Operação Tempo de Despertar, que emitiu 41 mandados de prisão e determinou o afastamento de 12 servidores públicos por fraudes no pagamento de indenizações. Na sequência, em 2016, houve uma CPI para apurar o seguro obrigatório.

Em 2018, outra auditoria, desta vez do Tribunal de Contas da União, também apontou fraudes na gestão.

Integrantes do governo de Jair Bolsonaro, incluindo ele próprio, têm dito que o risco recorrente de irregularidades é uma justificativa importante para pôr fim ao DPVAT.

A Tempo de Despertar apontou que os prejuízos com transações indevidas eram estimados em R\$ 28 milhões. No entanto, documentos vistos pela Folha no relatório final da KPMG mostram que o valor pode ser quase 40 vezes maior.

Os problemas em pagamentos feitos pela seguradora, segundo adiantou a coluna Pânico no domingo (12), podem superar R\$ 1 bilhão (valores não corrigidos), segundo números disponibilizados na auditoria. Por exemplo: R\$ 219,3 milhões não tinham evidências de prestações de serviços, R\$ 156,1 milhões estavam sem comprovantes e R\$ 47,1 milhões não dispunham de documentos fiscais.

A KPMG identificou irregularidades de diferentes portes nas prestações de contas. Encontrou, por exemplo, 216 irregularidades ou inconsis-

nas mensagens avaliadas.

Em 2012, o então diretor de Operações, Cláudio Ladeira, sugere que a auditoria externa receba informações superficiais.

"Não passe para eles o bolo, a faca e a boca", diz. Em outro email, de junho de 2015, o ex-superintendente de Combate a Fraudes Marcos Andrade pede à área técnica para "forçar" a liberação de um sinistro, mesmo diante de suspeitas de fraudes.

A auditoria identificou problemas até com a contabilidade de gastos pessoais diários ou semanais da diretoria. Um único restaurante recebeu, ao longo de oito anos, R\$ 280.530 — média de quase R\$ 3.000 por mês.

Para que isso fosse possível, ao menos uma única pessoa teria de gastar praticamente R\$ 100 todos os dias em refeições. As faturas incluem gastos de R\$ 14.373 em bebidas alcoólicas. Em uma única nota foi registrada a despesa de R\$ 1.164 em garrafas de vinho.

Em 2012, a Líder comprou, por R\$ 67.656, um veículo que pertencia à esposa do então diretor jurídico, Marcelo Davoli, operação aprovada por Xavier e pelo ex-diretor de Infraestrutura Marcos Felipe. O carro foi vendido dois anos depois por R\$ 26 mil.

A política de benefícios aos diretores na época permitia a disponibilização de um veículo de até R\$ 80 mil para os diretores da empresa. Segundo a KPMG, embora o carro tenha sido entregue a Davoli, "foram identificados também arquivos que demonstram a utilização do veículo pela sra. Fer-

aquilo que é possível dentro dos limites de conhecimento de sua administração.

A empresa diz que, no segundo semestre de 2016, e por sua exclusiva iniciativa, contratou uma consultoria internacional de renome para a realização, "de maneira absolutamente isenta e independente, de um amplo e minucioso trabalho de auditoria de suas operações".

"Em 2017, com a entrega do relatório sobre a análise documental, foram adotadas todas as medidas administrativas e de compliance cabíveis, alinhadas com os valores de retidão e transparência que norteiam a administração da Seguradora Líder."

Ainda segundo a nota, a empresa diz que, como o documento continha alguns temas que, administrativamente, não cabiam à Seguradora Líder avaliar, o relatório foi encaminhado, "de forma espontânea e reservada", à Susep (Superintendência de Seguros Privados).

"Por fim, destacamos que, nas demonstrações financeiras da Seguradora Líder de 2017, publicadas e disponibilizadas em nosso site, também foi reportado o trabalho realizado", disse.

A reportagem tenta desde a semana passada o contato dos antigos diretores da seguradora mencionados, mas a atual gestão da seguradora não quis passar o pedido nem os telefones dos respectivos ex-funcionários.

A Folha enviou mensagens às redes sociais encontradas dos mencionados.

O desembargador João Waldeck disse que não irá comentar o caso até ter acesso aos documentos.

tências na base de cobrança de honorários advocatícios.

Apontou que a seguradora teve um gasto elevado custeando a defesa dos colegas investigados na operação policial. Identificou troca de emails em que o ex-presidente Ricardo Xavier e o ex-presidente do conselho de administração Luiz Tavares Pereira Filho aprovaram proposta do escritório Sad Sociedade de Advogados com honorários no valor de R\$ 300 mil, podendo chegar a R\$ 3,5 milhões em caso de êxito.

A auditoria fala até em possível impacto na remuneração por êxito aos advogados devido a aumento dos

nanda Torres [sua esposa].

Em outro trecho da auditoria, a KPMG fala em possíveis irregularidades em despesas de viagem e hospedagem, com pagamentos de passagens aéreas e diárias de hotéis para políticos, vereadores e servidores públicos como autoridades da polícia.

Em entrevista à *Folha* em novembro, a superintendente da Susep (Superintendência de Seguros Privados), Solange Vieira, disse que os sistemas de controles de fraudes no DPVAT eram "frouxos" e que o órgão regulador não é eficiente para analisar todas as contas.

Ela criticou o alto gasto

so aos documentos.

Já a Susep confirmou que recebeu da Seguradora Líder a auditoria da KPMG e disse que o documento encontra-se em apuração pela área de fiscalização da autarquia.

Acrescentou que há partes do relatório aos quais não teve acesso pois foram consideradas confidenciais pela Seguradora Líder, mas que está providenciando o requerimento delas, uma vez que sua entrega ficou condicionada à autorização judicial.

O escritório Sad Sociedade de Advogados não havia se pronunciado até a conclusão desta reportagem.



# Líder afirma que gastos são privados e que medidas de controle foram adotadas

## ENTREVISTA ISMAEL TORRES

**RIO DE JANEIRO** O atual presidente da Seguradora Líder, Ismar Torres, 64, assumiu o cargo em dezembro de 2016, após a Operação Tempo de Despertar, e foi quem encomendou a auditoria da KPMG.

Em entrevista à *Folha* na semana passada, ele questionou onde há corrupção na Líder e desafiou os órgãos de controle a encontrar fraudes.

Para justificar os gastos excessivos questionados pela Susep (Superintendência de Seguros Privados), defende que os recursos da companhia são privados e diz que tomou medidas de controle após receber o relatório da KPMG.

Afirmou ter encaminhado a documentação à Susep — que confirma o recebimento, mas com ressalvas, como falta de acesso à auditoria completa.

A Líder diz que combate fraudes e que, em 2019, suas iniciativas resultaram em 48 sentenças condenatórias, 68 condenados, 46 cancelamentos, suspensões ou cassações de registros em órgãos de classe e 17 prisões.

Torres ainda criticou a MP que extinguiu o DPVAT, suspensão pelo Supremo. Para Torres, a posição foi “radical”.

\*

### Auditoria da KPMG

Em 2016, contratamos uma consultoria internacional para uma auditoria independente. Em 2017, com a entrega do relatório, foram adotadas medidas administrativas e de compliance. Como o documento continha temas que, administrativamente, não cabiam à Líder avaliar, ele foi disponibilizado, de forma espontânea e reservada, à Susep. Nas demonstrações financeiras de 2017, também foi reportado o trabalho realizado.

### Corrupção e fraude

Desafio qualquer órgão a apontar onde há fraude. Teve a Tempo de Despertar, teve Polícia Federal e Ministério Público... Onde está a corrupção? Não temos conhecimento de ação criminal contra dirigente ou colaborador aqui. E, no dia que tiver, nem a diretoria nem os órgãos de governança serão complacentes.

O mercado segurador não é só o DPVAT. Há tentativa de fraude no mercado como um todo, desde o seguro de vida ao de automóvel. O cara que dá um jeito de consumir o carro para ganhar valor na tabela Fipe. Mas nossos sistemas estão preparados para identificar os sinistros bons e ruins.

### Despesas excessivas

A Líder é uma companhia privada gerida com as melhores práticas de mercado. As companhias seguradoras privadas também fazem festa de fim de ano a colaboradores. É uma forma de integração, de apresentar os resultados, de motivar a equipe. Nós entendemos que esse recurso deve ser utilizado nas despesas administrativas da Líder, aprovadas pela Susep. O seguro existe há 45 anos, por que agora se levanta essa bandeira? Os 50% [dos recursos] que vão para a União são públicos. Agora, os outros 50%, que vêm para a Líder gerenciar o DPVAT, são privados. Como podem

### Ismael Torres, 64

presidente da Seguradora Líder, responsável pela administração do seguro obrigatório DPVAT. Está no cargo desde dezembro de 2016

ser públicos se pago Imposto de Renda, PIS/Cofins, remuneração? O TCU tem um acórdão de 2016 que diz que o recurso é de natureza privada. Temos pareceres de juristas, do ministro [do STF Luís Roberto] Barroso, Heleno Torres e outros que defendem que o recurso é de natureza privada.

### Fiscalização

Somos a única seguradora com fiscalização permanente. Temos órgãos de governança externa, auditoria interna e auditoria externa. Por que não chamam nossa auditoria externa, não é uma forma mais inteligente?

### Tempo de Despertar

Tivemos contato com procuradores e MP e desvendaram uma operação, indicada pela Líder, contra quadrilhas que fraudavam o DPVAT. Com base na denúncia, se identificaram advogados, médicos, policiais, hospitais, que estavam por trás dessa fraude. Um dos grandes problemas é documentação falsa. Um cara cai do cavalo e muda a natureza do acidente para montar uma operação aqui. É com esse tipo de problema que a gente lida o tempo todo.

### Extinção do DPVAT

A gente vê com tristeza. Partiram para uma coisa radical, contra um seguro social que existe há 45 anos. Esse é um seguro para pobre. Ele atende a população hipossuficiente que é atropelada por essa arma que são os carros.

A gente acha que não é a narrativa do governo achar que o cara já é atendido por SUS, INSS, benefício de prestação continuada. Isso não substitui o DPVAT. O DPVAT é uma indenização. Isso tinha que ser discutido via projeto de lei ao Congresso. Uma mudança tão abrupta por medida provisória só poderia dar problema, tanto que o Supremo está botando o trem nos trilhos e concordando com a tese que isso tem que ser discutido no Congresso.

# Governo e Congresso tentam consenso para impulsionar reforma tributária

Comissão deve iniciar o ano legislativo com uma agenda de viagens internacionais

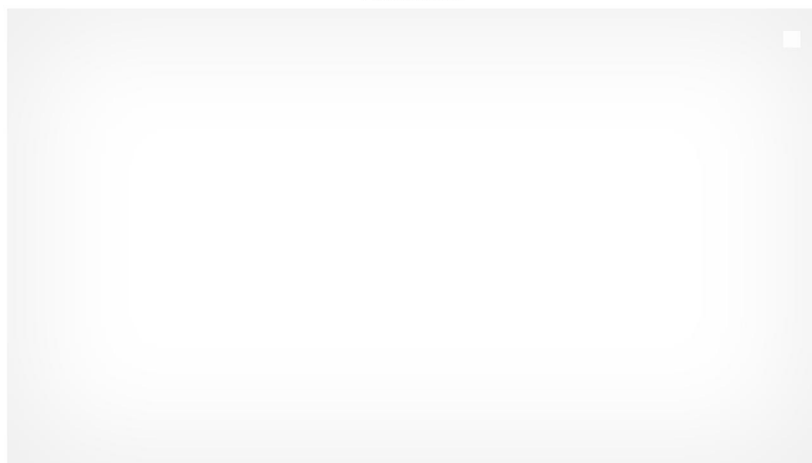
Por Fabio Murakawa — De Brasília

14/01/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

O Palácio do Planalto articula com deputados e senadores para impulsionar a tramitação da reforma tributária ao fim do recesso parlamentar. O objetivo dos articuladores políticos do governo é construir um consenso mínimo no Congresso, a fim de garantir a aprovação de mudanças no sistema de impostos ainda no primeiro semestre e evitar que as eleições municipais atrapalhem o cronograma.

Apesar disso, há no governo e no Congresso dúvidas quanto às chances de aprovação da reforma ainda neste ano, por conta do tempo exíguo e dos recentes desentendimentos entre Câmara e Senado a respeito do tema, que é uma das principais apostas da agenda econômica do governo para 2020.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

“O complemento da reforma da Previdência é a reforma tributária. E, na minha opinião pessoal, essa é a prioridade da agenda econômica do governo no Congresso”, disse ao **Valor** o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, responsável pela articulação política e um dos auxiliares mais próximos de Bolsonaro.

Apesar das dificuldades, o ministro trabalhará pela aprovação da tributária antes do fim do semestre. Ramos diz acreditar que essa reforma pode ser aprovada mais rapidamente do que a administrativa, que “mexe com carreiras e é mais demorada”.

“Se vai aprovar [a tributária], é difícil prever. Isso vai depender muito do humor do Congresso e de como as coisas caminharem.”



Concebida para construir um consenso entre as duas Casas do Congresso e o governo em torno da reforma, uma comissão mista será instalada em fevereiro e deve iniciar o ano legislativo com uma agenda de viagens internacionais. Deputados e senadores decidiram estudar modelos de outros países, antes de iniciar o debate em relação às propostas que já tramitam no Legislativo.

A comitiva deve contar, além de deputados e senadores, com membros do Ministério da Economia, da Receita Federal e também de representantes do setor privado, segundo o presidente da comissão mista, o senador Roberto Rocha (PSDB-MA).

O parlamentar explica que o convite para a viagem partiu da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Segundo Rocha, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), manifestou interesse em participar. Ele disse que sugerirá também ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que integre o grupo.

“Eu já pedi ao presidente Bolsonaro para liberar um avião da FAB [Força Aérea Brasileira]”, disse Rocha ao **Valor**. “Não tem como fazer uma viagem dessa em avião de carreira.”

Uma das escalas, caso se confirme a viagem, será em Paris, sede da entidade. Por sugestão da OCDE, o grupo deve visitar também o Canadá e a Austrália. Segundo ele, esses países, por sua dimensão territorial e pelas características de seus sistemas tributários, podem servir de modelo para algumas mudanças nos impostos no Brasil.

O Palácio do Planalto ainda avalia a possibilidade de enviar uma proposta fechada para a comissão mista. A probabilidade maior é que o governo apenas faça sugestões para o texto de consenso a ser construído no colegiado.

A avaliação no governo é que perdeu-se muito tempo no ano passado com as rusgas entre Senado, Câmara e equipe econômica a respeito do modelo a ser seguido. “Para nós, o importante é aprovar algum modelo este ano para que o país possa crescer com mais força”, disse uma fonte do governo a par do tema.

Auxiliares de Bolsonaro e congressistas estão divididos quanto às chances de aprovação da tributária ainda em 2020. Alguns veem essa possibilidade com ceticismo. Outras ainda têm esperança de que isso possa acontecer. Unanimidade é que a tarefa será difícil.

“Vai ter que ter muito jogo de cintura. É uma matéria muito difícil, muito polêmica, muito técnica, muito árida”, afirma Rocha. “Vamos mastigar o texto ao máximo que puder para construir esse consenso. Porque, se tiver consenso, nos plenários da Câmara e do Senado vota-se rápido.”

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

### LINK PATROCINADO

Opção econômica para você se refrescar no verão chega em Salvador  
COOLAIR

### LINK PATROCINADO

Qual seu nível de inglês? Teste agora gratuitamente!  
WIZARD BY PEARSON

### LINK PATROCINADO

Qual é a melhor Small Cap para 2020?  
LEVANTE IDEIAS

# Queda de 10,7% em repasses da União assusta prefeituras

Recursos do FPM sofreram neste mês com maior restituição do IR, afirma ministério

Por Rodrigo Carro — Do Rio

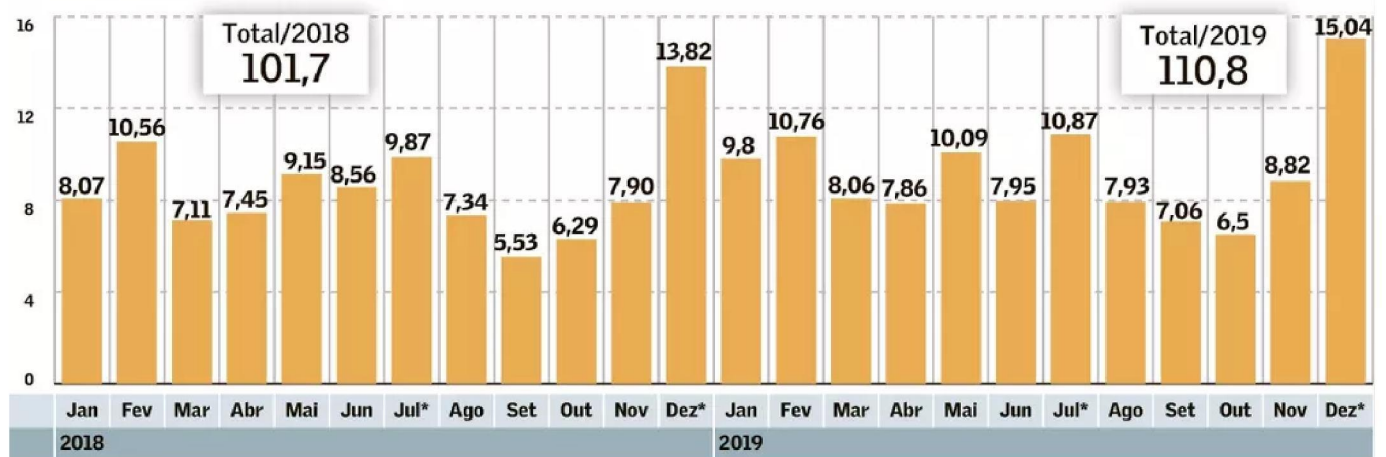
14/01/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

## Repasses em alta no ano passado

Total de recursos do FPM distribuídos às prefeituras cresceu 8,94% em 2019

### ■ Repasses do FPM

Valores brutos e nominais, em R\$ bi

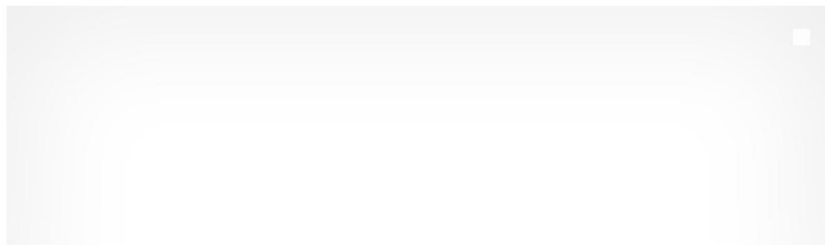


Fonte: Confederação Nacional de Municípios (CNM). \*Incluindo adicional de mais 1% sobre a arrecadação do IR e do IPI

Principal fonte de receita da maior parte das prefeituras, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) iniciou o ano com queda abrupta. O primeiro repasse do fundo em 2020 - referente ao período de 1º a 10 de janeiro - somou um valor bruto de R\$ 3,51 bilhões, o que representa retração de 10,74% na comparação com o mesmo período do ano passado. O resultado negativo reflete principalmente um aumento nas restituições do Imposto de Renda (IR).

O FPM é abastecido com 24,5% do somatório da receita do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), ambos de competência federal. No caso do primeiro decêndio (período de dez dias consecutivos) do ano, o repasse de FPM reflete o que foi arrecadado entre 21 e 31 de dezembro.





“[A queda] assustou muito os prefeitos e a CNM [Confederação Nacional de Municípios] porque foi noticiado pelos veículos de comunicação que o Natal foi bom, que houve aumento das vendas, mas isso não se traduziu em arrecadação de IPI e de Imposto de Renda”, explica o consultor Eduardo Stranz, da CNM.

No bolo de recursos do FPM, o dinheiro proveniente do IR (86%) prevalece sobre o do IPI (14%), de acordo com a confederação. “Na realidade, o Imposto de Renda [arrecadado] foi bem menor nesses dez dias de dezembro do ano passado em comparação com os [mesmos] dez dias de dezembro de 2018”, analisa Stranz.

Por meio de sua assessoria de imprensa, o Ministério da Economia atribuiu a retração de 10,74% na primeira cota de janeiro de 2020 às restituições do IR. “Tal queda se deu principalmente ao comportamento das restituições que foi 85% maior do que em 2019, ocasionando queda na arrecadação líquida”, informou a pasta por e-mail. De acordo com o ministério, se as restituições do Imposto de Renda tivessem se mantido iguais em ambos os períodos, a queda no repasse do FPM às prefeituras teria sido de 2,52% no primeiro decêndio de 2020.

“A arrecadação de Imposto de Renda é muito dependente do trabalho formal. No caso dos servidores públicos não há perspectiva de um aumento generalizado”, destaca Gustavo Fernandes, da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV EAESP). “No setor privado, temos um recuo no emprego formal. O cenário no curto e no médio prazos não é favorável [em termos de arrecadação de IR]”, acrescenta o especialista em administração pública.

Os primeiros dez dias do mês costumam ser os de maior volume de repasses do FPM, segundo a CNM. Normalmente, o primeiro decênio representa quase a metade do valor esperado para o mês inteiro. Apesar do decréscimo nos primeiros dez dias do ano, a expectativa da confederação é de que os repasses cresçam ainda em janeiro. A projeção da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) é de que o fundo distribua aos municípios R\$ 117,48 bilhões ao longo de 2020. Se a previsão se confirmar haverá crescimento de 6,03% ante 2019, considerando os valores nominais.

“Periodicamente o Tesouro efetua ajustes nas previsões dos repasses globais do FPM. Por vezes, há três ou quatro revisões ao longo do ano, dependendo de como se estima o ‘novo futuro’”, esclarece François Bremaeker, gestor do Observatório de Informações Municipais (OIM). A projeção da STN para o ano passado era de que os repasses totalizassem R\$ 112,79 bilhões. No entanto, o montante foi 1,76% menor que o estimado.

O FPM terminou 2019 com um valor bruto repassado de R\$ 110,8 bilhões. Em valores nominais, o montante é 8,94% superior ao total de repasses registrado no ano anterior. Descontada a inflação no período medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), esse percentual continua positivo, mas cai para 5,12%.

A CNM estima que o FPM é a principal fonte de receita de mais de 80% dos municípios brasileiros. Na análise de Gustavo Fernandes, da EAESP, o fundo desestimula as prefeituras a buscarem o aperfeiçoamento de sua estrutura de arrecadação, uma vez que não é exigida nenhuma condicionante para que os municípios recebam os recursos do FPM.

---

## TRF exclui ICMS antecipado de PIS/Cofins em regime especial

Favorável a posto de combustível, decisão pode ser precedente para outros setores

Por Joice Bacelo — De Brasília

14/01/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas



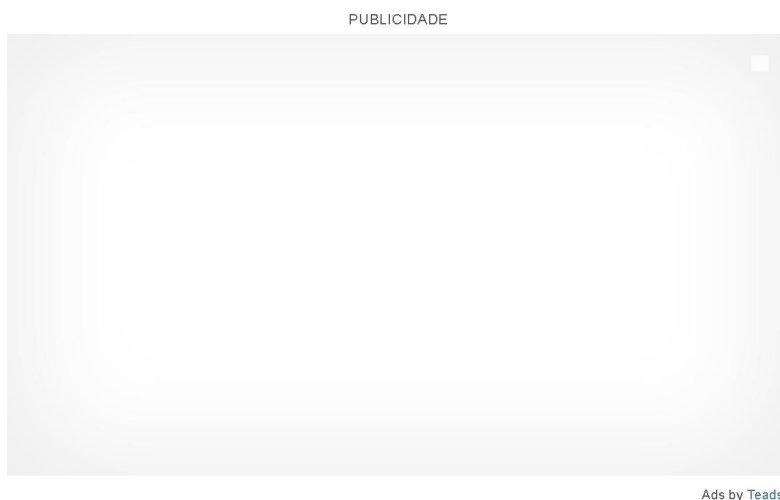
Eduardo Muniz Cavalcanti: quem está no regime monofásico paga percentual muito maior de contribuições — Foto: Divulgação

O Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região, com sede em São Paulo, atendeu pedido de um posto de combustíveis para retirar o ICMS-ST do cálculo do PIS e da Cofins recolhidos pela refinaria. Nenhuma empresa no regime monofásico de tributação - que, por esse motivo, não paga diretamente ao Fisco as contribuições sociais - havia conseguido, até agora, decisão favorável na segunda instância da Justiça.

A exclusão do imposto estadual do PIS e da Cofins, que são recolhidos pelas refinarias, pode reduzir os valores pagos



exemplo, também estão no regime monofásico e podem, com base na decisão do TRF, tentar obter o mesmo no Judiciário.



Nesse regime, a cobrança de PIS e Cofins fica concentrada no primeiro elo da cadeia produtiva (o fabricante ou o importador) e a tributação é embutida no preço.

A discussão no TRF é mais um dos desdobramentos do julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), de março de 2017, em que os ministros decidiram pela exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins. Eles não trataram, na ocasião, das situações que envolvem o ICMS-ST, nem do regime monofásico das contribuições. Para os contribuintes, no entanto, as discussões são semelhantes e, por esse motivo, passaram a ajuizar ações e pleitear a extensão do entendimento.

Representante de posto de combustíveis beneficiado no TRF, o advogado Eduardo Muniz Cavalcanti, sócio do Bento Muniz Advocacia, diz que se deve levar em conta, no regime monofásico, o fato de as alíquotas de PIS e Cofins cobradas do fabricante do produto serem muito mais altas do que os percentuais cobrados das empresas fora desse regime. Sobre a venda da gasolina, por exemplo, incidem 28,52%, enquanto a alíquota geral do PIS e da Cofins, na sistemática não cumulativa, é de 9,25%.

Cavalcanti lembra que justamente porque estão previstas as três fases (refinaria-distribuidora, distribuidora-posto varejista e posto varejista-consumidor) a tributação está no início da cadeia. E não é por isso que a tese do STF deixará de ser aplicada.

Os desembargadores do TRF, apesar de decidirem de forma favorável ao contribuinte, não entraram no mérito da discussão relacionada ao regime monofásico. Eles aprofundaram apenas o debate referente ao ICMS-ST (processo nº 5003431-57.2018.4.03.6126).

E o placar foi apertado: três a dois. A relatora, desembargadora Marli Ferreira, votou contra o contribuinte. Ela manteve a decisão da primeira instância, que havia extinguido o processo “por ausência de legitimidade da parte”. Mas foi acompanhada somente pela desembargadora Mônica Nobre e ambas ficaram vencidas.

Prevaleceu o entendimento do desembargador Marcelo Saraiva, que abriu a divergência, para atender o pedido da empresa. “Como se trata do mesmo tributo, diferenciando-se apenas pelo regime tributário, deve ser dado tratamento idêntico”, disse ao julgar a matéria. O acórdão foi publicado no fim do ano passado. Seguiram o entendimento que favorece o contribuinte os desembargadores André Nabarrete e Consuelo Yoshida.

Empresas que recolhem o ICMS-ST não necessariamente estão no regime monofásico do PIS e da Cofins. A substituição tributária é uma técnica usada pelos Estados para facilitar a fiscalização do pagamento do ICMS: uma companhia antecipa o imposto para todas as outras que fazem parte da cadeia produtiva.

A lógica é semelhante a do regime monofásico do PIS e da Cofins. Mas no caso do ICMS-ST, a empresa recolhe o imposto na condição de substituta, em nome de outras companhias. Ela faz um repasse ao Estado do seu próprio ICMS e outro da substituição tributária.

Já no caso do PIS e Cofins monofásico não há separação jurídica. O recolhimento das contribuições fica concentrado no fabricante ou no importador e os valores são repassados de forma indireta às distribuidoras e varejistas.

Sobre os casos específicos de ICMS-ST - em que não há ligação com o regime monofásico do PIS e da Cofins - já havia posicionamento favorável aos contribuintes em pelo menos três tribunais. Os TRFs da 4ª Região (Sul do país), 5ª (Nordeste) e da 3ª têm decisões permitindo a exclusão do imposto do cálculo das contribuições.

Já sobre o regime monofásico não havia notícias, até agora, de decisões favorecendo as empresas. O entendimento era de que os postos e as distribuidoras não teriam legitimidade para pedir a exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins. Isso porque, para essas empresas, as alíquotas das contribuições estariam zeradas.

“Apesar de os desembargadores [da 3ª Região] não terem entrado no mérito do regime monofásico, o contribuinte tem a decisão e, se permanecer desta forma no trânsito em julgado, ele poderá fazer o pedido de habilitação de crédito na Receita Federal”, diz Leo Lopes, sócio do FAS Advogados.

Nesse caso, diz o especialista, será preciso dividir os créditos passados - referentes ao imposto que já foi recolhido - da situação futura. Em relação ao passado, afirma, a empresa terá que demonstrar qual é o pedaço do PIS e da Cofins recolhido pela refinaria e que seria, por direito, dela. Lopes alerta que pode ocorrer discussão administrativa sobre como identificar a parcela.

Em relação a créditos futuros, ele diz que o procedimento seria mais delicado. Um caminho seria, se a refinaria continuar pagando as contribuições com o ICMS-ST embutido, a empresa tentar novas habilitações de crédito na Receita, de tempos em tempos. O outro seria pedir para a refinaria retirar o imposto estadual do cálculo do PIS e da Cofins.

“Só que é provável, nessa segunda hipótese, que a refinaria responda que só fará qualquer tipo de movimento se for intimada judicialmente para isso”, afirma Lopes.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional foi procurada, mas não retornou até o fechamento.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

### LINK PATROCINADO

Qual seu nível de inglês? Teste agora gratuitamente!

WIZARD BY PEARSON

### LINK PATROCINADO

Opção econômica para você se refrescar no verão chega em Salvador

COOLAIR

### LINK PATROCINADO

Qual é a melhor Small Cap para 2020?

LEVANTE IDEIAS

### LINK PATROCINADO

Alexandre Garcia na Gazeta

GAZETA DO POVO

### LINK PATROCINADO

Poliglota de 22 anos ensina inglês em 8 semanas e vira febre na internet



## Doria admite fracasso na venda da fábrica da Ford à Caoa

Segundo o governador, há outros dois interessados em adquirir a unidade

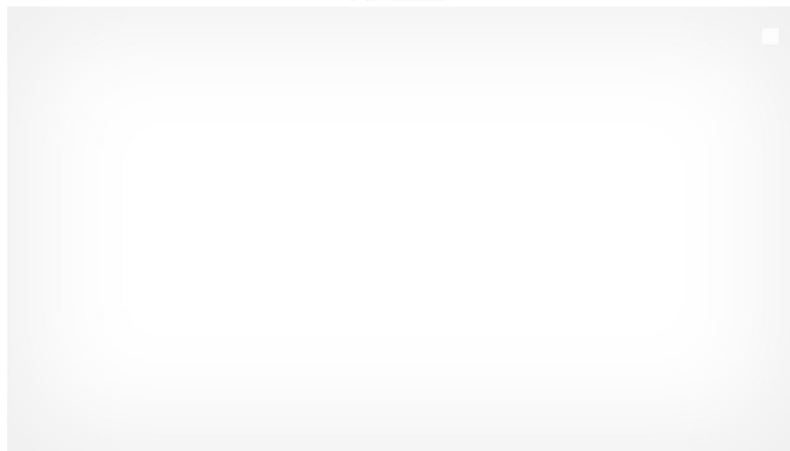
Por Marli Olmos e Carolina Freitas — De São Paulo

14/01/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

Pela primeira vez desde que a Ford anunciou o fechamento da sua fábrica em São Bernardo do Campo (SP), em fevereiro de 2019, o governador João Doria (PSDB) admitiu ontem de manhã o fracasso da venda da unidade ao grupo Caoa. No fim da tarde, a Ford confirmou que a negociação não deu certo, mas que há outros interessados.

Tanto a declaração do governador, que conversou com jornalistas logo após a abertura da feira Couromoda, no fim da manhã, como o comunicado da Ford, emitido no fim da tarde depois das consultas da imprensa, colocam fim a um episódio que se arrastou durante quase um ano. O governo de São Paulo chegou a anunciar a concretização do negócio, entre Ford e Caoa, numa entrevista no dia 3 de setembro.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Doria afirmou que é mais fácil para o governo incentivar a instalação de uma fábrica do que vender uma já montada, como é o caso da Ford. “A Caoa acabou não consolidando a compra da fábrica da Ford porque o grande investidor chinês [que seria seu parceiro] queria espaço maior para a produção automobilística”, disse.

Mas Doria afirmou que não desistiu de encontrar um comprador para a fábrica de São Bernardo. Ele assegurou que “dois possíveis compradores” avaliam o negócio. Segundo o governador paulista, são marcas chinesas interessadas em produzir modelos de veículos no Brasil. A direção da Ford confirmou que há interessados sem, no entanto, revelar quantos nem tampouco a origem.

“Há entendimentos que estão em curso. Não temos propagado até para que eles possam seguir com tranquilidade, sem a pressão do tempo”, destacou o governador. Segundo ele, com o grupo Caoa “não foi possível viabilizar neste caso específico”. “Mas a Caoa deve anunciar agora em 2020 um novo e forte investimento com um fabricante chinês na indústria automobilística aqui em São Paulo”, disse.

O grupo Caoa informou que segue “estudando boas oportunidades de negócios, mas sem nenhum negócio completamente fechado”. Tudo indica, porém, que há conversas com o governo paulista.

O grupo cujo nome é formado pelas iniciais de seu fundador - o empresário Carlos Alberto de Oliveira Andrade - já produz veículos da marca coreana Hyundai e da chinesa Chery em duas fábricas, localizadas em Anápolis (GO) e Jacareí (SP).

Numa entrevista concedida em dezembro para fazer um balanço de vendas no ano, Oliveira Andrade, hoje presidente do conselho do grupo, revelou que negocia uma parceria com mais uma marca chinesa que pretende produzir automóveis no Brasil.

Mas a Caoa tem pela frente, também, a necessidade de decidir onde vale a pena direcionar novos investimentos, já que a fábrica goiana vai perder neste ano incentivos fiscais.

No fim de seu governo, o ex-presidente Michel Temer assinou um decreto que criou o programa automotivo nacional, o Rota 2030. Esse programa incluiu a postergação do fim da isenção de impostos federais de montadoras instaladas no Norte e Nordeste de 2020 para 2025. Mas excluiu a região Centro-Oeste, que anteriormente também recebia o benefício.

Por força de um trabalho de lobby entre montadoras que atuam em outras regiões, o Centro-Oeste ficou fora da última prorrogação de benefícios. A explicação dada pelo governo foi que o Centro-Oeste fica mais próximo do Sudeste do que o Nordeste. Além de principal mercado consumidor de carros, o Sudeste concentra os principais fornecedores de autopeças.

Criado em meados da década de 1990 pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o programa de estímulos fiscais no Norte, Nordeste e Centro-Oeste surgiu para descentralizar o parque industrial da indústria automotiva. A redução de impostos funcionava como compensação pelas despesas adicionais com a logística no transporte dos veículos e dos componentes.

A prorrogação definida por Temer foi a quarta mudança na data final de uso de créditos tributários. Inicialmente, a lei previa o fim do incentivo em 2010. O prazo foi, depois, estendido para 2015, 2020 e, agora, 2025.

A renúncia fiscal tem sido criticada pelo governo federal e também por grande parte dos Estados, que enfrentam crise nas contas públicas. Antes mesmo de tomar posse como governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM) propôs uma revisão de benefícios fiscais em seu Estado.

Na Assembleia Legislativa de Goiás foi instaurada até uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para analisar concessões em impostos. Os empresários têm sido chamados para depor. Muitos recorrem a liminares para não comparecer às sessões.

Em dezembro, Oliveira Andrade disse ao **Valor** que ainda espera que as vantagens tributárias para o Centro-Oeste sejam prorrogadas.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Opção econômica para você se refrescar no verão chega em Salvador  
COOLAIR

LINK PATROCINADO



# Tribuna

## ACM Neto retorna a Salvador e enfrentará pautas impopulares

RODRIGO DANIEL SILVA  
REPÓRTER

O prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), retorna hoje à capital baiana e terá que enfrentar pautas impopulares. O democrata viajou na semana passada para o exterior a fim de descansar com a família. Agora, na volta à cidade, o gestor soteropolitano tem, pelo menos, dois temas espinhosos para administrar. O primeiro é a reforma da Previdência municipal, quem tem déficit atuarial de cerca R\$ 7 bilhões, segundo a administração soteropolitana.

Os vereadores de Salvador estão divididos sobre o impacto que a reforma da Previdência pode ter na reeleição deles. Aos aliados, o presidente da Câmara, Geraldo Júnior (SD), afirmou que a votação da proposta antes do pleito pode prejudicar os legisladores. O vereador Alexandre Aleluia (DEM) diz não temer e mostrou interesse em ser o relator da proposta. "Se nenhum vereador quiser, eu terei que evocar para mim", pontuou o democrata, que é presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final (CCJ) da Casa.

O vereador Duda Sanches (DEM) disse que é preciso ter cautela porque o assunto é impopular. Ressaltou, porém, que os servidores são ligados a partidos de oposição, como PCdoB e PT, e logo a votação não teria tanto impacto para os legisladores da base governista. O texto que será encaminhado pela prefeitura ao Legislativo ainda não está batido martelo, mas um trecho está definido. ACM Neto vai propor aumentar a alíquota previdenciária dos servidores municipais de 11% para 14%. No final de 2018, o governador Rui



**O PREFEITO** de Salvador, ACM Neto (DEM), retorna hoje à capital baiana e terá que enfrentar pautas impopulares

Costa (PT) também aumentou a contribuição previdenciária dos funcionários estaduais para 14%.

Outro tema espinhoso que o prefeito terá que resolver na volta a Salvador é o reajuste da tarifa de

ônibus. As concessionárias do transporte querem aumentar a passagem com o argumento de que é preciso equilibrar as contas. No ano passado, Neto concedeu o reajuste no início de abril de R\$

3,70 para R\$ 4. Na época, condicionou o aumento à renovação da frota, com ônibus com ar-condicionado. Em meio às discussões administrativas, a expectativa é também que o prefeito democrata articule a montagem da chapa de Bruno Reis (DEM) ao Palácio Thomé de Souza. O vice-prefeito foi lançado na semana passada como pré-candidato, mas ainda não definiu o integrante da majoritária. Neto também terá que articular a eleição para vereadores. Muitos legisladores pretendem deixar os seus partidos para facilitar as chances de se reelegerem.

# Tribuna

## João Leão defende unidade do grupo e projeta vitória em 2022

RODRIGO DANIEL SILVA  
REPÓRTER

O vice-governador João Leão (PP) defendeu, ontem, a unidade do bloco político liderado pelo governador Rui Costa (PT) e cutucou o prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM). Para o progressista, só há uma chance de o gestor sotero-politano ser eleito chefe do Palácio de Ondina em 2022, se houver "desfalque no grupo" petista.

"É aquele tripé. Um pé é o PT. Outro pé é o PSD. Outro pé é o PP. Se esses três pés com os partidos menores – PCdoB, PSB – se nós tivemos isso, não

tem para ninguém. É melhor (Neto) ser candidato a deputado federal para 2022. É melhor ser candidato a senador, que ele também perde", avaliou Leão.

Leão ressaltou que o grupo de Rui precisa ser "inteligente suficiente para não quebrar esse elo nosso", já que ele e os senadores Jaques Wagner (PT) e Otto Alencar (PSD) querem também ser candidato a governador da Bahia na próxima eleição geral.

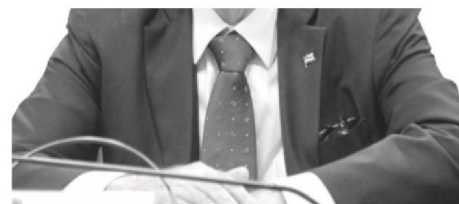
Para o vice-governador, há "perfeitamente possibilidade" de o campo político de Rui Costa vencer a eleição em Salvador contra o grupo ACM Neto. "Nós precisamos pegar essa estrutura política que nós temos no interior e acoplar. Se nós formos

para um trabalho de fazer com que Salvador seja uma questão de honra, eu acho que nós temos perfeitamente possibilidade de ganhar em Salvador", afirmou, em entrevista à rádio Metrôpole. "Se pegar as pesquisas, é pau a pau (a popularidade de Rui e ACM Neto na capital baiana). Está 80% (de popularidade) cada um. Rui tem feito um trabalho excepcional. Rui foi o melhor prefeito que a história política da Bahia já teve. Se pegar a infraestrutura que o governo do estado está fazendo em Salvador, é uma estrutura excepcional. Essas novas avenidas, metrô, a ponte Salvador-Itaparica, que vai servir muito (a Salvador)", acrescentou.

Leão admitiu que não

ajudou na campanha de Alice Portugal (PCdoB) em 2016 para prefeitura de Salvador. Na época, o PP lançou Cláudio Silva, mas a deputada federal comunista era vista como a candidata do governo. "Não trabalhei porque estava cuidando do interior. Eu preciso fazer com o que meu partido fosse um partido forte no interior. Eu não tive tempo. Eu peço até desculpas para Alice, porque eu não tive tempo suficiente para cuidar da prefeitura de Salvador. Agora, estou com mais tempo", pontuou.

O vice-governador cutucou o grupo do democrata também ao dizer que o vice-prefeito Bruno Reis (DEM) não está definido como o candidato de ACM Neto à sucessão. "Estamos na



**O VICE-GOVERNADOR João Leão (PP) defendeu, ontem, a unidade do bloco político liderado pelo governador Rui Costa**

mesma situação de Neto. Neto está com dois candidatos também. Tem o secretário de Saúde deles, Leo Prates. Candidatíssimo pelo PDT. Ele me disse (ante) ontem no telefone. Ele (Neto) vai sair com dois candidatos. O Neto precisa definir se o candidato dele é Leo Prates ou Bruno Reis. Eu gosto muito de Leo Prates. É um bom candidato. E se Leo Prates quiser vir para o PP, nós vamos conversar", salientou.

Leão defendeu a reforma da Previdência enviada pelo governador Rui Costa à Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA). "Nós temos

uma Previdência que, no início do governo Wagner, o déficit do Estado era R\$ 343 milhões. Agora, em 2019, o déficit foi de R\$ 4,3 bilhões. Neste próximo ano, será de R\$ 4,8 bilhões. No ano seguinte, R\$ 6,2 bilhões. No ano seguinte, R\$ 7,4 bilhões. Nós estaremos entregando o governo da Bahia com um déficit de R\$ 8,6 bilhões. Tem que resolver cortando na carne", ressaltou. "Hoje, o governador não pode dar R\$ 1 de aumento. Nós chegamos ao teto. Se Rui dê um aumento, ele passa a ficar inelegível. É crime de responsabilidade fiscal", emendou.



# Tribuna

## Ministro da Economia vai insistir em novo imposto nos moldes da CPMF

CORREIO BRAZILIENSE

**A** criação de um Imposto sobre Transações Financeiras (ITF) voltará a ser debatida entre governo e Congresso em fevereiro. Com o fim do receso legislativo, a equipe econômica vai ser requisitada a dizer o que quer na reforma tributária em discussão. E o que deseja o ministro da Economia, Paulo Guedes, é justamente ter uma fonte de arrecadação para desonerar a folha de pagamento das empresas. O novo imposto encontra resistências no parlamento, mas, desta vez, terá ao seu lado congressistas acenando a favor de discutir a inclusão do tributo na redação única a ser criada pela unificação da Proposta de Emenda à Constituição (PECs) nº 45/2019, em tramitação na Câmara, com a nº 110/2019, que está no Senado.

O tema é polêmico. Em setembro do ano passado, custou a demissão do eco-

nomista Marcos Cintra da Secretaria da Receita Federal pela associação à extinta Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF). Contudo, desde dezembro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a defender a ideia, sugerindo a criação de um ITF em meios digitais, como por aplicativos de celular ou via internet banking. O presidente Jair Bolsonaro, por sua vez, chegou a declarar que "todas as alternativas estão na mesa".

A retomada da discussão do ITF na metade de dezembro, às vésperas das festividades de fim de ano, foi um balão de ensaio do governo que colou. Não que a medida tenha deixado de ser controversa, mas alguns parlamentares estão acreditando — e outros sendo convencidos pela equipe econômica — de que a proposta pode viabilizar a aprovação da reforma. Tanto as PECs nº 45 e nº 110, bem como sua unificação, provocam, na prática, a elevação de carga tributária para o setor terciário, reconhece o

senador Izalci Lucas (PSDB-DF), vice-líder do governo e de seu partido na Casa.

Ao contrário da indústria, que faz aquisição de insumos que podem ser usados para geração de crédito tributário, entidades de comércio e serviços projetam que a unificação tributária, com a inclusão do ISS, oneraria o setor, diferentemente da indústria. A contrapartida poderia vir da desoneração da folha de pagamento. A arrecadação do IMF seria destinada a custear a renúncia fiscal — como deseja Guedes. "Seria uma compensação para todos os setores produtivos. Mas, para isso, o governo tem que se posicionar e dizer o que quer", sustenta Izalci.

A equipe econômica trabalha para apresentar o quanto antes sua proposta do IMF. Guedes acredita que a tributação sobre transações financeiras digitais, com uma taxa pequena, para que todos contribuam para desonerar a folha de pagamentos, é o que viabiliza a aprovação de uma reforma tributária possível no curtíssimo prazo.

# Tribuna



## Carta na porta

Hoje, a dívida de pequenas empresas com o Fisco é de R\$ 21 bilhões. Mais de 738 mil micro e pequenas empresas inadimplentes com o Simples Nacional foram notificadas para regularizar as dívidas com o Fisco. As principais irregularidades são excesso de faturamento, falta de documentos e débitos tributários.

## Audiência

O decreto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro que mantinha o incentivo em 10% venceu no dia 31 de dezembro de 2019. Deputados da bancada aguardam confirmação de audiência com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para tentar reestabelecer o percentual de crédito tributário às empresas.



---

## Gasolina e Diesel têm queda de 3%

TERRA

A Petrobrás confirmou na tarde de ontem, segunda-feira, 13, notícia antecipada pelo Estadão/Broadcast de queda do preço da gasolina e do diesel, puxada pela redução do preço do petróleo no mercado internacional desde a semana passada, com o recuo das tensões entre os Estados Unidos e o Irã.

Segundo a Petrobrás, o valor da gasolina será reduzido em 3% a partir de amanhã (14/1) nas refinarias da estatal, mesmo percentual que será aplicado ao diesel. De acordo com fontes, o litro do diesel S500 ficou R\$ 0,061 mais barato, em média, e o do diesel S10, R\$ 0,0808.

O litro da gasolina vendida pela Petrobrás em suas refinarias estará R\$ 0,0575 mais barata, segundo fonte. A maior queda, de R\$ 0,1081, foi registrada no Espírito Santo, em pontos de entrega das cidades de Vitória e Vila Velha.

# Tribuna

## Perspectivas para inflação e produção industrial reduzem

O mercado reduziu suas expectativas para a inflação e a produção industrial neste ano, de acordo com a pesquisa Focus que o Banco Central divulgou nesta segunda-feira.

A expectativa para a alta do IPCA em 2020 passou a 3,58%, 0,02 ponto percentual a menos do que na semana anterior, enquanto permaneceu em 3,75% para o próximo ano.

O centro da meta oficial de 2020 é de 4% e, de 2021, de 3,75% ambos com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Em 2019, o choque da alta nos preços das carnes pressionou a inflação oficial do Brasil, terminando o ano acima do centro da meta oficial, porém dentro do limite pelo quarto ano seguido — avanço de 4,31%, quando o centro da meta do governo era de 4,25%.

Para o Produto Interno Bruto (PIB), a estimativa de crescimento manteve o cenário de 2,30% em 2020 e 2,50% em 2021, de acordo com o levantamento semanal do BC. Entretanto, a perspectiva para a produção industrial neste ano foi piorada para uma expansão de 2,10%, contra 2,19% antes.

A pesquisa com uma centena de economistas mostrou ainda que não houve mudanças nas estimativas para a taxa básica de juros em 2020, com a Selic sendo vista em 4,5%. Para 2021, entretanto, a conta caiu a 6,25%, de 6,5%.

A Selic terminou 2019 a 4,5%, nova mínima histórica, após novo corte de 0,5 ponto percentual em dezembro, quando o BC indicou cautela em relação aos juros daqui para frente em meio a uma retomada econômica com mais ímpeto.

O Top-5, grupo dos que mais acertam as previsões, continua vendo a taxa básica em 4,25% este ano, mas passou a vê-la em 6,25% no próximo ano, de 6,5%.

A Selic terminou 2019 a 4,5%, nova mínima histórica, após novo corte de 0,5 ponto percentual em dezembro, quando o BC indicou cautela em relação aos juros daqui para frente em meio a uma retomada econômica com mais ímpeto.



## Patrão não poderá mais abater do IR gasto com o INSS de domésticos

LAÍS LIS  
G1

A dedução de gastos dos patrões com a previdência de empregados domésticos não será mais permitida da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física em 2020.

O benefício levou a uma renúncia fiscal de cerca de R\$ 674 milhões em 2019 e não foi prorrogado. Com seu fim, a estimativa do Ministério da Economia é a de elevar a arrecadação em aproximadamente R\$ 700 milhões.

Até 2019 a Receita Federal permitia a dedução, no valor do imposto a pagar, de gastos com o pagamento do INSS de empregados domésticos. No ano passado, a dedução máxima permitida era de R\$ 1.200,32.

A medida foi aprovada pela primeira vez em 2006 para incentivar a



formalização dos empregados domésticos, mas tinha como prazo final o ano-calendário 2018, ou seja, a declaração entregue em 2019. Para permanecer o benefício tinha que ser prorrogado pelo Congresso Nacional.

O Senado Federal chegou a aprovar em outubro de 2019 um projeto de lei prorrogando o benefício até

2024, mas a proposta não foi votada na Câmara dos Deputados.

No ano passado, o ministro da Economia, Paulo Guedes, fez algumas declarações contra deduções no Imposto de Renda como gastos médicos e com educação. Segundo o ministro, esses descontos beneficiam pessoas de renda mais alta.

## Microempreendedoras podem ter isenção em IPI de carro

Um projeto de lei quer dar isenção no IPI na compra de carros por mulheres microempreendedoras ou que tenham vítimas de violência doméstica. Ele tramita na Câmara dos Deputados e é de autoria do deputado Bosco Costa (PL-SE).

A proposta é oferecer desconto no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para as que sejam cadastradas como microempreendedoras individuais (MEI) e que venham a utilizar o veículo como parte do trabalho.

O benefício fiscal também será aplicado, se aprovado, à mulheres vítimas de violência que prestem serviços, de

maneira não eventual, por período superior a um ano, com salário mensal de até R\$ 6.750. Esse é o valor máximo permitido pelo MEI.

O texto altera a lei 8.989/95, que isenta taxistas do pagamento do IPI na compra de veículos novos. De acordo com o deputado, o benefício pode contribuir para que as mulheres vítimas de agressão rompam com o ciclo de violência a que estão presas. O Projeto de Lei agora vai passar pelas comissões de Defesa dos Direitos da Mulher, de Finanças e Tributação, e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Se for aprovado em todas, então vai para o Senado.